

Sob pressão, SEEDUC modifica a grade curricular do Ensino Médio em 2025

Depois de forte pressão do Sepe, de entidades representativas do setor educacional, da sociedade civil e dos estudantes a SEEDUC anunciou, dia 02/2, a mudança na grade curricular excludente e injusta que ela vinha teimando em manter. Depois da nossa mobilização, em torno do Grupo de Trabalho e dos movimentos acima listados, foi publicada a nova matriz curricular transitória da Secretaria no Diário Oficial do Estado de 30/12/2024. Uma conquista porque muitas disciplinas retornaram para todos os anos do ensino médio. Uma conquista porque "Projeto de Vida" deixará de ser disciplina obrigatória. Mas a nova grade não representa o final da luta contra o NEM, e mesmo diante da Reforma da Reforma, mantivemos e manteremos a nossa posição: o NEM precisa ser revogado, tanto quanto a BNCC e BNC da formação docente. São ataques profundos à educação pública porque esvaziam a escola de conteúdo histórico e cientificamente acumulado, esvaziam a escola de sentido para toda a comunidade escolar, abrem as portas para a privatização da educação pública e ideologização dos currículos de acordo com as perspectivas de mercado, e precarizam o trabalho docente. **Leia nosso manifesto em www.seperj.org.br.**

GT do Ensino Médio do Sepe debateu próximos passos

O Grupo de Trabalho da Ensino Médio do Sepe realizou reunião virtual no dia 6 de janeiro. No encontro foram dados informes gerais e apresentadas dúvidas de parte da categoria sobre as mudanças promovidas pela SEEDUC no NEM. Leia as propostas da reunião do GT:

- 1 Enviar ofício para a SEEDUC questionando sobre como ficará a EJA-EM na nova grade, indagando sobre os conteúdos, ps laboratórios de linguagens e suas tecnologias, bem como os de ciências humanas e sociais aplicadas, a atualização da organização curricular nos trimestres etc. Cobrar respostas urgente;
- 2 O Sepe deve produzir material, orientando a categoria sobre a nova grade curricular, esclarecendo questões como alocação por antiguidade, funcionamento dos laboratórios etc.
- 3 A EJA precisa ter o mesmo tratamento do Ensino Médio regular. Lembrando que é necessário extinguir o componente curricular "projeto de vida" e o excesso de eletivas, tais como "o que rola por aí" da matriz da EJA. Ressaltamos que essa modalidade precisa ter a grade enriquecida com disciplinas científicas.

- 4 Marcar reunião do GT do Ensino Médio, após a resposta da SEEDUC.
- 5 Marcar uma plenária específica da EJA. Professores regentes da modalidade EJA e o Fórum da EJA deverão ser convidados para essa atividade;
- 6 O Sepe deverá iniciar a luta imediata em defesa da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A avaliação do GT é que a sobra de professores ocorre devido ao constante fechamento de turmas e/ou turnos, especialmente do ensino noturno. É necessário também denunciar a superlotação de turmas nos turnos da manhã e tarde;
- 7 Pensar em política para a garantia dos tempos para espanhol e artes, bem como os dois tempos em todas as séries do Ensino Médio para todas as disciplinas na grade de Formação Geral Básica e não como "laboratórios";
- 8 Organizar plenária sobre a matriz do Curso Normal, intercultural e todos os demais modelos existentes na rede estadual. ■



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

- instagram.com/sepe_rj
- facebook.com/Seperj
- youtube.com/SepeRJoficial
- twitter.com/RjSepe



bit.ly/SejaSepe



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE ESTADUAL RJ

Nº 52 | Finalizada em: 06/02/2025



22/02, às 9h - Plenária do Coletivo de Funcionários (SEPE-RJ, Auditório Marco Túlio Paolino)
22/03 - Assembleia Estatutária (Local a confirmar)

VENHA DISCUTIR A LUTA EM 2025 NA ASSEMBLEIA DO DIA 15/02 NO CLUB MUNICIPAL

Profissionais da rede estadual têm um compromisso com a preparação das lutas que ocorrerão em 2025. Para tanto, o Sepe convoca a categoria para a primeira assembleia geral do ano, no auditório do 4º andar do Club Municipal (Rua Haddock Lobo, 359 - Tijuca), no dia 15 de fevereiro, às 10h.

Na plenária, discutiremos a mobilização para obrigar o governo estadual a atender nossas reivindicações. 2024 foi mais um ano sem reajuste e ainda continuamos lutando pelo pagamento das duas parcelas do acordo de recomposição salarial (anos de 2022 e 2023)

e reposição das demais perdas, assim como o Piso Nacional do Magistério, com respeito ao plano de cargos e salários, e o piso nacional dos funcionários.

Outra questão é a volta das negociações do GT criado pela SEEDUC para discutir a regularização da situação dos animadores culturais. A pauta da crise climática e o calor trazem de volta à pauta da climatização integral das escolas e o Sepe já cobrou audiência com a SEEDUC para tratar desta questão.

Outros temas são a grade do Ensino Médio, a questão da Educação Artística (solicitamos reunião com a Seeduc) e a migração.

**BASTA DE DESCASO!
CLÁUDIO CASTRO, PAGUE O PISO!**



Perdas na rede estadual se acumularam segundo o Dieese

Segundo estudo do Dieese sobre as perdas salariais dos profissionais de educação nos últimos anos, para que os salários em 1º de janeiro de 2025 retornassem ao mesmo poder de compra de 1º de julho de 2014, o reajuste necessário sobre os salários de dezembro de 2024 seria de 49,53% pelo INPC-IBGE e de 49,83% de acordo com o IPCA-IBGE.

O órgão fixou como marco inicial para o acompanhamento dos vencimentos básicos o poder de compra que vigorava em 1º de julho de 2014, ocasião do penúltimo reajuste, e comparamos a evolução dos vencimentos com a variação da inflação medida pelo INPC-IBGE e pelo IPCA-IBGE.

A conclusão foi de que no período de 1º de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2024 o INPC-IBGE e o

REAJUSTE SALARIAL NO PERÍODO	19,72%
INPC-IBGE acumulado no período	79,01%
Perda salarial até 31 de dezembro de 2024	-33,12%
Reajuste necessário em 1º de janeiro de 2025	49,53%
IPCA-IBGE acumulado no período	79,38%
Perda salarial até 31 de dezembro de 2024	-33,26%
Reajuste necessário em 1º de janeiro de 2025	49,83%

IPCA-IBGE apresentaram uma variação de respectivamente 79,01% e 79,38%. Os salários, no mesmo período, foram reajustados em 19,72% (13,05% em fevereiro de 2022 e 5,9% em janeiro de 2023).

Assim, em 31 de dezembro de 2024, os salários mantiveram apenas 66,88% do poder aquisitivo de 1º de julho de 2014, segundo o INPC-IBGE. ■

Ex-FAEP: reunião de avaliação pela migração aconteceu em 22/01

No dia 22/01, a comissão de representação dos funcionários da ex-FAEP, que conta com um representante da Secretaria de Funcionários do Sepe, se reuniu para avaliar a organização de uma manifestação, com objetivo de resolver a vida funcional desses servidores que, há anos, lutam pela migração dos quadros da SEEDUC para os da FAETEC.

O Sepe esclarece que defende qualquer tipo de manifestação em defesa dos direitos da classe trabalhadora, ainda mais quando estamos nos referindo ao setor da Educação. Contudo, a comissão analisou que o momento não é apropriado, já que a equipe que assumiu a FAETEC é a mesma que propôs a migração e que criou a nota técnica que embasou todo o percurso dessa luta desde 2022 e que trouxe a discussão sobre a migração dos funcionários da extinta FAEP para o corpo de funcionários da FAETEC. Conforme apurado pela comissão, a equipe assumiu a pasta há

menos de três meses e está se alinhando à estrutura e ao funcionamento da Fundação e por isso, em reunião com a comissão, foi pedido um voto de confiança. Eles afirmaram que voltarão no o mais breve tempo possível, a tratar do assunto para dar as devidas e cabíveis resoluções para estes servidores que, há mais de duas décadas, buscam o respeito às suas carreiras e à justa e correta valorização pelos tantos anos dedicados a Educação Pública Estadual.

Outras frentes de luta devem ser travadas nesse ano de 2025, como a cobrança aos deputados que se comprometeram em propor emendas para a votação da LOA de 2025 e não o fizeram, o que acabou por não ocasionar a inserção de previsão orçamentária para a migração.

O Sepe reafirma seu compromisso com a luta dos funcionários da ex-FAEP, organizada pela secretaria de funcionários do sindicato e deliberado em assembleia da rede estadual, no mesmo ano: o desejo da categoria à migração. ■

Aposentadas(os) protestaram no RioPrevidência contra desvios dos royalties

Em dezembro, os aposentados da educação realizaram um ato de protesto no Rioprevidência para denunciar o verdadeiro saque promovido pelo governador Cláudio Castro que, por meio de um decreto aprovado na Alerj, desvia verbas do caixa da instituição, provenientes dos rendimentos dos royalties do petróleo para pagar dívidas com a União. Os aposentados temem que esses desvios, que já somam 3,9 bilhões, e a malversação das verbas do fundo de previdência dos servidores estaduais, como foi provado pela CPI da Previdência da Alerj em 2019, acabem provocando novas crises, as quais podem comprometer pagamentos dos aposentados e pensionistas do estado e até mesmo, destruir o nosso sistema previdenciário. ■



Justiça garante direito a laudos periciais do SUS à profissionais

O Sepe obteve mais uma importante vitória na Justiça. O Estado do Rio foi condenado, agora em definitivo, a aceitar os laudos médicos do SUS para a concessão de licença para tratamento de saúde aos profissionais da educação nos municípios onde não há junta médica oficial. Já havíamos obtido uma liminar anteriormente, de modo que a decisão já estava valendo, mas recentemente ela foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sem mais chances de recurso. Isso significa que os profissionais da educação que precisam de licença para tratamento de saúde seguem sem precisar se deslocar para a Capital para realizar a perícia médica, evitando custos e desgastes desumanos. Agora, o Sepe deu início à execução coletiva dessa decisão, cobrando do Estado que comprove o cumprimento em todas as regionais. ■

Alerta: Governo contratou Fundação Getúlio Vargas sem licitação para promover avanço da privatização na rede estadual

Em mais uma grave denúncia sobre a gestão dos recursos públicos, o deputado Flávio Serafini (PSOL) acusou o governo estadual de contratar por R\$ 96 milhões – sem licitação – a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para comandar mais um ataque à educação. Segundo os termos do contrato denunciado por Serafini, a fundação ficará encarregada, a partir de 2025 de definir metas, realizar diagnósticos e propor intervenções na rede.

Segundo o deputado, a contratação da FGV pelo governo estadual é uma privatização disfarçada, que ameaça profundamente a qualidade e o caráter público da educação.

Ele acusa a SEEDUC de avançar com um modelo empresarial e privatista, que desvia o foco das verdadeiras soluções para os problemas estruturais da educação pública. No contrato, não há qualquer menção à valorização dos profissionais, ao pagamento do piso salarial ou ao respeito à carreira docente. Medidas como a climatização das escolas e a redução do número de estudantes por turma continuam sendo ignoradas, alerta Serafini.

Entre as medidas previstas no contrato estão a definição de metas de aprovação de 80%; monitoramento de resultados e frequência por meio de um diário online; “otimização” da alocação de professores e turmas, o que pode agravar a superlotação das salas de aula e a criação de um banco de “boas práticas” para aplicação pedagógica.

O deputado já está acionando o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado para investigar a contratação da Fundação Getúlio Vargas. ■

Orçamento estadual 2025 prevê dobro de gastos com segurança em relação à Educação

O texto da Lei Orçamentária Anual (LOAS) 2025, aprovada pela Alerj em dezembro e já sancionada pelo governador Cláudio Castro, destina para gastos com segurança quase o dobro do que será investido no setor da Educação. O orçamento do Estado para esse ano é uma confirmação das nossas denúncias: o governo estadual e a Alerj parecem não ligar a mínima para a educação pública em nosso es-

tado, senão vejamos: enquanto a Educação tem previsão de R\$ 10,5 bilhões, o setor da Segurança teve destinado para ela quase o dobro desta verba, R\$ 19,4 bilhões.

Para a Saúde, que também sobre as consequências desse abandono, o orçamento prevê gastos da ordem de R\$ 12,2 bilhões. Assim, em vez de um governo preocupado com investir na educação, uma maneira eficaz e comprovada de redução da criminalidade e da violência, temos um que,

além de sofrer investigação por denúncias de corrupção e malversação de verbas, mantém uma política assassina de segurança, tendo como alvo a população favelada e dos bairros pobres da periferia.

Neste ano, o governador vai continuar gastando bilhões de reais com sua falida estrutura de segurança, que se resume na repressão violenta e na proteção ao patrimônio das classes mais abastadas, por meio de uma polícia que

atira primeiro – de preferência em moradores de favelas e da periferia – e pergunta depois.

O resultado dessa soma de equívocos não poderia ser outro e, infelizmente, está aí para todo mundo ver: em uma sociedade em que o orçamento dos governantes com armamentos e caveirões é o dobro do que se gasta com escolas, livros, alimentação escolar e demais componentes da Educação, não tem como dar certo. ■